

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 32, DE 2024

(Da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados)

Altera o Regimento Interno da Câmara dos Deputados para dispor sobre medida cautelar de suspensão do exercício do mandato parlamentar.

DESPACHO:

DECORRIDO O PRAZO REGIMENTAL PREVISTO NO ART. 216, § 1º, **ENCAMINHE-SE**

À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (MÉRITO E ART. 54, RICD)

APRECIAÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

PUBLICAÇÃO INICIAL Art. 137, caput - RICD

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº

, DE 2024

(Da Mesa)

Altera o Regimento Interno da Câmara dos Deputados para dispor sobre medida cautelar de suspensão do exercício do mandato parlamentar.

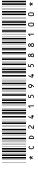
A CÂMARA DOS DEPUTADOS, no exercício da competência normativa prevista no art. 51, III, da Constituição Federal, resolve:

Art. 1º Esta Resolução altera o Regimento Interno da Câmara dos Deputados para dispor sobre medida cautelar de suspensão do exercício do mandato parlamentar.

Art. 2º O Regimento Interno da Câmara dos Deputados passa a vigorar com as seguintes alterações, renumerando-se os parágrafos únicos dos arts. 15 e 41 como parágrafo primeiro:

Art. 15
XXX - suspender cautelarmente o exercício do mandato parlamentar, nos
termos do art. 10, III, do Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara
dos Deputados, de Deputado Federal que seja submetido a representação
por quebra de decoro parlamentar de autoria da Mesa.

§ 2º A Mesa dispõe do prazo decadencial de 15 (quinze) dias, contados do conhecimento do fato que ensejou a representação, para suspender cautelarmente o exercício do mandato, nos termos do inciso XXX do caput.





5 A -4 A E

- § 3º A suspensão cautelar prevista no inciso XXX do caput será imediatamente comunicada ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, que a decidirá, no prazo de 15 (quinze) dias, com prioridade sobre todas as demais deliberações.
- § 4º A deliberação a que se refere o § 3º ocorrerá em votação ostensiva, sendo necessário o voto da maioria absoluta para referendá-la.
- § 5º Da decisão do Conselho de Ética caberá recurso, no prazo de cinco sessões, ao Plenário, que o apreciará em votação ostensiva, sendo necessário o voto da maioria absoluta para que seja mantida a suspensão.
- § 6º Podem apresentar o recurso previsto no § 5º:
- I o Deputado representado; ou
- II um décimo dos Deputados, ou Líderes que representem esse número."
 (NR).

"Art. 41	 	 	 	

- § 2º Os Presidentes de Comissão e do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar possuem, no âmbito do respectivo colegiado, as mesmas prerrogativas relativas à manutenção da ordem conferidas ao Presidente da Câmara dos Deputados no âmbito das sessões do Plenário."(NR)
- Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.





JUSTIFICAÇÃO

Submetemos aos nobres pares o presente projeto de resolução, que tem como objetivo primordial prevenir a ocorrência de confrontos desproporcionalmente acirrados entre parlamentares, que, em algumas ocasiões, têm culminado inclusive em embates físicos. Esses incidentes não só desvirtuam o ambiente parlamentar, mas também comprometem o funcionamento democrático e a imagem institucional do parlamento.

É imperativo destacar que o parlamento é um espaço de debate e deliberação onde a divergência de opiniões deve ser respeitada e conduzida dentro dos limites da urbanidade e do decoro parlamentar. O enfrentamento físico e os comportamentos agressivos ferem esses princípios fundamentais e prejudicam a capacidade do legislativo de cumprir suas funções constitucionais.

Ademais, tais atitudes violentas transmitem à sociedade uma mensagem negativa, contribuindo para a desvalorização da atividade política e fomentando a descrença nas instituições democráticas. A adoção de medidas preventivas e corretivas é, portanto, essencial para resguardar o respeito mútuo, a civilidade e o bom andamento dos trabalhos parlamentares.

A proposta ora apresentada visa a implementação de mecanismos eficazes para coibir comportamentos agressivos e garantir que as discussões, por mais intensas que sejam, ocorram dentro dos parâmetros aceitáveis de civilidade e respeito. Ao promover um ambiente de trabalho mais seguro e respeitoso, asseguramos o fortalecimento do processo democrático e a integridade das deliberações legislativas.

Portanto, solicitamos a apreciação e aprovação desta proposição, com o firme propósito de assegurar que o parlamento continue a ser um espaço de diálogo construtivo e de defesa dos interesses da sociedade, livre de violência e agressões.

Sala das Sessões. de de 2024.





Deputado MARCOS PEREIRA

Primeiro-Vice-Presidente

Deputado SÓSTENES CAVALCANTE

Segundo-Vice-Presidente

Deputado LUCIANO BIVAR

Primeiro-Secretário

Deputado MARIA DO ROSÁRIO

Segunda-Secretária

Deputado JÚLIO CÉSAR

Terceiro-Secretário

Deputado LÚCIO MOSQUINI

Quarto-Secretário





Projeto de Resolução (Da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados)

Altera o Regimento Interno da Câmara dos Deputados para dispor sobre medida cautelar de suspensão do exercício do mandato parlamentar.

Assinaram eletronicamente o documento CD241594588100, nesta ordem:

- 1 Dep. Júlio Cesar (PSD/PI)
- 2 Dep. Lucio Mosquini (MDB/RO)
- 3 Dep. Luciano Bivar (UNIÃO/PE)
- 4 Dep. Marcos Pereira (REPUBLIC/SP)



FIN	I DO	DO	CHI	ΛEN.	$\Gamma \cap$
	ıw	DU		VI — I V	